

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2021 (Do Sr. Capitão Augusto)

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal.

O Congresso Nacional decreta:

- **Art. 1º** Esta lei altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 Lei de Execução Penal.
- **Art. 2º** A alínea *c* do § 1º do artigo 29 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 Lei de Execução Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

|         | "Ar | t. 29 | )<br>    |          |          |        |            |  |
|---------|-----|-------|----------|----------|----------|--------|------------|--|
|         | § 1 | o<br> |          |          |          |        |            |  |
|         |     |       |          |          |          |        |            |  |
| advocat |     |       | pequenas | despesas | pessoais | е      | honorários |  |
| aavooat |     |       |          |          | " (1     | " (NR) |            |  |

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICATIVA**

A presente proposta de alteração legislativa é fruto de solicitação de representantes da Subseção da OAB em Bauru, SP, que narraram a situação que vem ocorrendo e que passo a expor aos nobres colegas para a compreensão da importância desta iniciativa.





O artigo 29 da Lei de Execuções Penais regulamenta a destinação do produto da remuneração pelo trabalho do preso. Apesar de não constar expressamente nesse dispositivo, entendiase que era possível que o valor fosse destinado para o apenado pagar os honorários de seu advogado, sendo enquadrado pelos diretores como fundamentado na hipótese de "pequenas despesas pessoais" (artigo 29, parágrafo 1º, alínea c da LEP).

Ocorre que, em meados de 2018, foram proferidas algumas decisões judiciais impedindo o pagamento de honorários aos advogados, sob o argumento de que não há previsão legal.

Contudo, não há razoabilidade nesse empecilho, sobretudo porque os honorários advocatícios são verbas alimentares. Ademais, o trabalho do advogado desonera o Estado ao desafogar a Defensoria Pública e, se o preso pode pagar por um advogado particular, por quê o Estado não irá permitir?

Essa alternativa, além de justa, ajuda a reduzir o custo do preso para o Estado e, por isso, deve ser garantida, de uma vez por todas, no nosso ordenamento jurídico.

Diante da importância dessa alteração, conto com os nobres pares para aprovar esta proposição.

Sala das Sessões, em de de 2021.

CAPITÃO AUGUSTO
DEPUTADO FEDERAL
PL-SP



